

Claudio de Mello Tavares*

Compromisso inabalável com a democracia, com a justiça e com o cidadão

A história nos ensina que a democracia é conquistada diariamente. Nenhuma nação se fortalece sem garantir a seus cidadãos o direito inalienável ao voto livre. Livre de pressões, livre de coerção, livre do medo. Neste Tribunal, defenderemos com vigor o direito do povo a escolher seus representantes sem que forças paralelas interfiram na sua decisão. Nem o tráfico, nem a milícia, nem qualquer forma de organização criminosa obscura pode e deve sequestrar a vontade do cidadão. O voto pertence ao eleitor, e somente a ele!

MARTIN LUTHER KING nos ensinou que a verdadeira medida de um homem não é onde ele se encontra em momentos de conforto e conveniência, mas onde está em tempos de desafios e controvérsias. O nosso desafio, senhoras e senhores, é assegurar que cada cidadão deste estado possa exercer sua escolha sem medo, sem coação, sem intimidação.

Quando o cidadão se dirige à urna, não é apenas um voto que se registra – é a manifestação concreta da esperança coletiva em nossa democracia.

Assumimos uma responsabilidade solene: garantir que esta esperança seja preservada em sua forma mais pura e autêntica. É nosso compromisso inabalável assegurar que cada voto represente uma escolha genuinamente sincera.

Mais do que isso, é nossa missão garantir que o direito ao voto seja exercido em completa liberdade, sem interferências ou constrangimentos que possam comprometer a vontade soberana do eleitor.

E finalmente, trabalharemos incansavelmente para que este direito fundamental alcance a todos.

A democracia não é apenas um sistema – é o reflexo da confiança que nosso povo deposita em suas instituições. E quando protegemos a integridade do voto, protegemos a própria essência da esperança democrática.

Incentivo ao voto válido e consciente

Afinal, democracia é participação. Não basta termos o direito ao voto, é preciso exercê-lo com consciência. O voto válido é um pilar essencial para que as urnas expressem com fidelidade a vontade popular. Cabe a nós, como guardiões da Justiça Eleitoral, estimularmos essa consciência cívica.

A abstenção, o voto nulo ou em branco não são apenas estatísticas: são espaços vazios onde poderiam estar as aspirações de um povo. Estimularemos campanhas, diálogos e iniciativas para que cada eleitor compreenda a força, o poder e a importância do seu voto, que constrói o presente e define o futuro.

O Brasil é um país de instituições sólidas, e o Tribunal Regional Eleitoral é uma delas. Eleições não são meras formalidades burocráticas. São a própria essência do Estado Democrático de Direito. Cada voto depositado é um tijolo na construção dessa grande casa chamada Brasil.

Combate às fake news e ao discurso de ódio eleitoral

E cada voto tem de ser livre. O processo de escolha de um representante é solitário e silencioso. Se ouve, se pondera, se deposita a esperança. Esse processo, para nós, é sagrado. Não permitiremos nenhuma influência em descompasso com a legislação. Combateremos todo abuso de poder econômico ou político e cada inverdade cometida.

O que fere a democracia é a mentira disfarçada de verdade, é o ódio travestido de opinião. Não permitiremos que a desinformação contamine o debate público e comprometa a lisura das eleições.

Fake news não são apenas notícias falsas. São armas. Armas utilizadas para manipular, enganar e desestabilizar um processo que deve ser marcado pela clareza, pela transparência e pela integridade. Nossa Corregedoria não apenas fiscalizará, mas atuará com firmeza e rigor para punir aqueles que insistirem em utilizar a mentira como estratégia eleitoral.

Todos sabemos que credibilidade é construída com transparência e consistência. Repito: nossa gestão será implacável no combate às fake news e ao discurso de ódio eleitoral. As redes sociais não podem ser um território sem lei – serão um espaço de debate democrático, não de manipulação e desinformação.

“O discurso do ódio nasce quando a razão já não encontra argumentos”.

Precisamos cada vez mais exercitar a arte de buscar o consenso, a partir do dissenso. Divergir é bom, divergir é salutar, precisamos voltar a dialogar, a escutar o próximo e conseguir debater os temas de interesse nacional, estadual e municipal no plano das ideias, pois, só assim crescemos, amadurecemos e aperfeiçoamos. Só assim consolidamos a Democracia e o Estado Democrático de Direito.

Continuidade dos projetos e a colaboração entre instituições

Nenhuma gestão é um projeto isolado. O que se constrói hoje só tem sentido se houver continuidade. A Corregedoria que hoje assumimos dará seguimento aos projetos que nos precederam, sempre aprimorando, sempre inovando, sempre buscando o melhor para a Justiça Eleitoral e para a sociedade.

E aqui é o momento de reconhecer e agradecer o excelente trabalho realizado pelos Desembargadores Peterson Barroso Simão na Corregedoria e o Desembargador Henrique Carlos de Andrade Figueira na Presidência deste Egrégio Tribunal. Como Lincoln sabiamente observou, “se quero ter sucesso, devo continuar a traçar o caminho.” Assim, asseguro a continuidade dos projetos bem sucedidos e o fortalecimento das parcerias institucionais já estabelecidas.

Trabalharemos em sintonia com todos os poderes, instituições e órgãos responsáveis por garantir a transparência e a segurança das eleições. Diálogo e colaboração são os pilares de uma democracia funcional, e é com esse espírito que seguiremos adiante.

Encerramento: Um chamado à responsabilidade

As eleições são o coração pulsante do Estado Democrático de Direito. São elas que garantem a legitimidade do poder e a renovação das instituições. Qualquer tentativa de macular este processo será combatida com o máximo rigor da lei. Como diziam os romanos fiat justitia ruat caelum (que se faça justiça, ainda que o céu desabe) e assim será, posto que, “a injustiça em qualquer lugar é uma ameaça à justiça em todo lugar”.

Me encaminhando para o final, busco inspiração nas palavras de MARTIN LUTHER KING: “Temos diante de nós a gloriosa oportunidade de injetar uma nova dimensão de amor nas veias de nossa civilização.” Esta nova dimensão, no contexto do nosso trabalho, significa garantir eleições livres, justas e seguras para todos os cidadãos do Rio de Janeiro.

A democracia não é apenas um sistema de governo – é um compromisso diário com a liberdade, a justiça e a dignidade humana. Como Corregedor, dedicarei cada dia do meu mandato à proteção destes valores fundamentais.

ABRAHAM LINCOLN, em um momento crucial da história americana, afirmou: “O governo do povo, pelo povo e para o povo não desaparecerá da face da Terra”.

Servir o povo: é esse, uma vez mais, o nosso compromisso, é essa a nossa promessa.

Juntos, faremos da Justiça Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro um farol de integridade, de compromisso e de respeito à democracia.

***Discurso de posse do desembargador Claudio de Mello Tavares como corregedor do Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rio de Janeiro.**



MAGNAVITA

claudio.magnavita@gmail.com

@colunamagnavita

OAB-RJ: advogado Eurico Teles recebe medalha Raymundo Faoro

Fotos Flávia Freitas/OAB-RJ

Em cerimônia realizada na sede da OAB-RJ, na quinta-feira (27), o advogado Eurico Teles recebeu da presidente da Seccional, Ana Tereza Basilio, a medalha Raymundo Faoro, honraria concedida apenas uma vez a cada gestão a profissionais que prestaram relevantes serviços à Justiça e à sociedade. A cerimônia também celebrou a inclusão do retrato de Luciano Bandeira na galeria de ex-presidentes da OAB-RJ, reconhecendo sua atuação à frente da Seccional nos triênios 2019-2021 e 2022-2024.

“É uma emoção muito grande homenagear duas pessoas tão especiais para esta Casa quanto Eurico Teles e Luciano Bandeira, ambos com contribuições imensuráveis para nossa classe. São dois gigantes da advocacia, dois colegas que melhoraram a vida de muita gente”, declarou Ana Tereza Basilio.

Entre as autoridades presentes, estiveram os ex-presidentes e membros honorários vitalícios da OAB-RJ, Felipe Santa Cruz e Sergio Zveiter.



A presidente da OAB-RJ, Ana Tereza Basilio, com o homenageado, o advogado Eurico Teles (e), e os ex-presidentes da OAB-RJ, Felipe Santa Cruz e Sergio Zveiter, nas pontas



Na seq., na mesa diretora: Luciano Bandeira; a presidente Ana Tereza Basilio; Sérgio Zveiter; e Paula Vergueiro, presidente da CAARJ



A presidente Ana Tereza Basilio entrega a medalha Raymundo Faoro ao advogado Eurico Teles



O homenageado Eurico Teles discursando durante a cerimônia na sede da OAB-RJ



Ao lado da presidente Ana Tereza Basilio, Luciano Bandeira recebeu homenagem, com retrato na galeria de ex-presidentes da OAB-RJ

PINGA-FOGO

■ **NA JAULA DOS LEÕES - A vereadora Talita Galhardo cansou de fazer parte do grupo de edis que esperam a gratidão e reconhecimento do alcaide do Rio e resolveu virar domadora de leões. De uma só vez, com o chicote na mão, assinou onze requerimentos de informações sobre negócios imobiliários da Prefeitura do Rio. Promete enfrentar as feras com galhardia.**

■ **O VÍDEO SUMIU -** Um estranho efeito colateral dos questionamentos feitos por Talita ocorreu nas redes sociais. Um vídeo da influenciadora Laura Leão que falava maravilhas sobre uma refinada degustação de comida japonesa, realizada pelo chefe das estrelas da Barra da Tijuca, já tinha mais de 700 mil visualizações quando foi retirado do ar. A filmagem, inocentemente, mostrava o grupo dos 10 convidados privilegiados para o almoço/degustação na mansão de Daniel Leão,

com momentos de informalidade entre amigos e políticos conhecidos. Se não havia nada demais na confraternização, por que foi apagado?

■ **O VÍDEO FOI BAIXADO -** Apesar de ter sido retirado do ar das redes sociais, o vídeo foi baixado e as suas cópias com fotogramas das personalidades presentes estão sendo enviados para vários políticos do Rio.

■ **PASSOS RASTREADOS -** Poucas pessoas sabem que os carros locados pelo Estado do Rio, para uso de autoridades, principalmente os blindados, possuem um poderoso GPS que permite a geolocalização dos veículos em caso de furto. Só que estes registros podem ser acessados on-line e revelam todo o histórico de deslocamento das viaturas — e até a ida a endereços proibidos. Foi através deste sistema que foi descoberto que um condutor estava usando o cartão de combustível de forma irregular. A compra era feita

em um posto enquanto o carro oficial estava a quilômetros de distância do ponto de consumo. Se este histórico de rastreamento for usado com lupa política, pode causar terremotos por revelar encontros inimagináveis.

■ **COZZOLINO TRAI A DIREITA -** A entrevista de Paulo Vinicius Cozzolino Abrahão, defensor público-geral do Rio, em um site jurídico no dia que a ADPF 635 seria julgada pelo Supremo causou mal-estar no governo, nos defensores mais à direita e na classe política. Ele defendeu as restrições impostas pelo STF à atuação policial nas favelas, que considerou como positiva, alegando que houve a diminuição da violência no estado. Cozzolino contrariou seu discurso eleitoral, que cortejou os votos da direita, lhe dando 63% da preferência dos colegas. Ele vai na contra-mão do estado e do governador que o escolheu. Corre o risco de ser o defensor público de um só mandato.

Arnaldo Niskier*

Problemas da educação

Veja por outra alguém me perguntar como vai a educação brasileira, de modo geral. É difícil dizer que vai bem. Na verdade, avaliações recentes atestam que ela vai mal.

A “Folha de São Paulo” publicou matéria sobre o estatuto Internacional de Tendências em Matemática e Ciências (TIMSS), em que foram avaliados alunos de 64 países. Os resultados foram trágicos. Na prova de matemática para o 4º ano do ensino fundamental a média foi de 400 pontos, numa escala de 0 a 1.000. Ou seja, nota 4, o que não dá para passar. Os alunos mal sabem somar ou subtrair com números acima de três dígitos, o que é um verdadeiro absurdo. No 8º ano foi ainda pior. Empatamos com Marrocos na última colocação.

No teste de Ciências fomos ligeira-

mente melhor, com 420 pontos no 8º ano, longe dos outros países. Se deixássemos o TIMSS para nos referir ao Pisa, focalizando 81 países, considerando Matemática, Ciências e Leitura de jovens de 15 anos os resultados foram também decepcionantes, muito abaixo do mínimo de conhecimento esperado. O problema não está só em aperfeiçoar a qualidade do ensino ou pagar melhor aos professores, mas na necessária ampliação do ensino integral e no combate à evasão que hoje é uma verdadeira praga.

Deve existir um sólido movimento de aperfeiçoamento da qualidade do ensino, o que precisa envolver não só as autoridades federais, mas também Estados e municípios. Uma ação coletiva para que todos tenham uma só e patriótica preocupação.

Em síntese, o que precisa ser feito é dar vida efetiva a um Plano Nacional de Educação, elaborado com todos os requisitos de eficácia que são necessários em casos assim. De que adianta propor um novo ensino médio se as questões candentes da alfabetização permanecem esquecidas? E é sabido que nossas crianças não estão se dando bem com as propostas dos anos iniciais de educação do nosso sistema escolar. Estamos em meio a um mandato governamental, mas nunca será tarde para propor um vigoroso Plano Nacional de Educação. Por que não tentar?

***Escritor e pedagogo. Membro da Academia Brasileira de Letras. Doutor Honoris Causa da Universidade Santa Úrsula**